

As relacións de Portugal com a Ibéria

Uma olhada desde a Galiza*

Ao contrário de outras penínsulas da metade norte do Mediterráneo (italiana, helena, de Anatólia) ou, se o preferimos, do sul de Europa, a Ibérica non conseguiu a súa ansiada unidade política ao longo da historia. E non falamos da sobrevivencia de microestados como Andorra (que en todo caso se asemelharía a San Marino) ou á presenza aliea en Gibraltar, senon ao desencontro entre España e Portugal – como moitas veces gostamos de dicir, entre o Estado Español (plurinacional con os vascos, os cataláns, os galegos, etc.) e un Portugal firmemente unitario. A mitoloxía de raiz histórica, especialmente desenvolvida do lado portugués, di que a fronteira entre España e Portugal é a máis antiga de Europa, asinada con o Tratado de Alcañices de 1294 e reafirmada con a Guerra da Restauración en meados do século XVII. Porém, moitos cidadáns españóis objectarían que entón o seu Estado-nacional (ou plurinacional) non existía. Que tamén o Reino de Nápoles estaba vinculado á Coroa de Castela, como Orán na Argelia e un bom pedaço da América do Sul. Que até o século XVIII non houvo nem bandeira, nem hino nacional español, isto é, até o momento en que os Borbons (desde Felipe V, ou Felipe d'Anjou, vencedor da Guerra de Sucesión, 1700-1714) comezaron a centralizar, rompéron con a idea patrimonial das posesións da monarquía, de suma de reinos, vice-reinos e domínios en diferentes partes de Europa e do mundo.

Nós tamén insistimos na idea de contemporaneidade desta separación hispano-portuguesa. A fronteira non existiu como liña efectiva de delimitación até o establecemento dos aparatos de estado modernos, un proceso que en Portugal e España se demorou¹. Alcañices delimitava

* Esta colaboración está redigida en galego-portugués segundo as normas ortográficas e morfolóxicas propostas pola Asociación Galega da Língua e inspiradas na filosofía reintegracionista. O reintegracionismo defende a unidade do dominio lingüístico galego-portugués e, portanto, a adaptación da ortografía luso-brasileira para escribir a fala da Galiza.

1. R.C. LOIS GONZÁLEZ & J.I. PLAZA GUTIÉRREZ, « Development Policies in the Peripheral and Marginal Areas of the Border between Spain and Portugal », in UNION GÉOGRAPHIQUE INTERNATIONALE-INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL UNION, 29th International Geographical Congress. Abstracts, Seoul, UGI-IGU, 2000 : 317 e R.C. LOIS GONZÁLEZ, « Galiza-Região Norte de Portugal y la posible formación de un espacio económico común en la periferia atlántica. Apuntes para un debate » in L. LÓPEZ TRIGAL & F. GUICHARD, *La frontera hispano-portuguesa: nuevo espacio de atracción y cooperación*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 2001 : 243.

Castela e as suas prolongaçõs para o sul (Estremadura, Andaluzia) e Portugal, mas nom dizia nada do Minho, da Galiza e o extremo norte do território português. Cremos que a generalizaçom da escola obrigatória, que o papel da história e da geografia na transmissom de ideologia pátria², tivo muito a ver com a construçom de identidades colectivas ; em particular, no Estado Novo e no franquismo, dous regimes irmãos, nacionalistas e que gostavam pôr de manifesto os defeitos do outro. Portugal mirava para o Atlântico, Espanha sempre gostou de mirar para o norte como desejo inalcançável. Construiu-se o desencontro, sobre todo muita ignorância mútua.

Desde 1986, as tornas semelham ter mudado totalmente. A integraçom em Europa fai das ideias de irmandade, de conhecimento entre vizinhos, de despariçom efectiva das fronteiras e de muitas barreiras, o código do politicamente correcto, do desejável. Na percepçom de Espanha - e ratificaremos esta ideia ao longo destas páginas -, nos últimos quinze anos, Portugal sempre é olhado em clave positiva, pola sua democracia (conquistada numa revoluçom, nom aguardando que o ditador morresse), polas suas letras e manifestaçõs artísticas, polo seu atractivo turístico. Semelha que do lado português pode acontecer o mesmo de um jeito menos explícito, e assi detecta-se fascinaçom por certo comércio espanhol (El Corte Inglés, Zara, etc.), por lugares turísticos dos litorais atlântico e mediterrâneo, ou pola eficiência empresarial de algumas sociedades bem assentadas no mercado luso (desde os bancos até as grandes construtoras). Quem ia dizer isso na época da guerra contra o absoluto e inepto Felipe IV de Castela (III de Portugal) ?

Mas, na nossa exposiçom, nom pretendemos fazer um relato só bilateral. Desde a Galiza cumpre introduzirmos uma terceira dimensom da análise. Porque a Galiza territorialmente apresenta-se como uma excepçom. O único território do oeste da Ibéria que nom fai parte do estado português. E isto tendo em conta que as comunicaçõs com o sul sempre fõrom fáceis : o vale do Minho nom é uma ruptura senom uma continuidade nas paisagens, na forma de ocupar o território ; e o trânsito entre a província de Ourense e o Alto Douro e Trás-os-Montes tampouco é excessivamente complicado, com serras pouco abruptas e vales como o do Tâmega em direcçom meridiana. Pola contra, o trânsito entre Galiza e o resto de Espanha sempre se viu obstaculizado pola disposiçom das Serras Orientais (ou Maciço Galaico-Leonês), que com cumes de 1 300 a 2 000 metros de altitude separavam este território atlântico das secas terras da Meseta castelhana³. Ademais, as dificuldades impostas polo meio fõrom reforçadas por uma pouco eficiente política de infra-estruturas de conexom terrestre desenhada desde o governo de Madrid, que manteve muito afastada a Galiza do resto do território espanhol, ao menos até os anos 1990.

-
2. H. CAPEL SÁEZ, « La Geografía española tras la Guerra Civil », in *Geocrítica* (Barcelona), 1, 1976 : 5-9.
 3. A. PÉREZ ALBERTI, *Xeografía de Galiza. I: O Medio*, A Corunha, Sálvora, 1982 : 65-68 ; C.A. MEDEIROS, *Introdução à Geografia de Portugal*, Lisboa, Estampa, 1987 : 23-29 ; J.R. BERTRAND, *A poboación de Galiza. Estudios xeográficos*, Santiago, Universidade de Santiago, 1992 : 13-18.
-



Fig. 1. – Duas imagens da Ibéria
A) Interpretação de Máximo em *El País* 13 jan. 2002.
B) Elementos geológicos da Ibéria segundo Andrés Zapatero. 1957
(Tomado de J. García Álvarez).

Se passamos ao plano cultural, na Galiza e em Portugal, ou se fala o mesmo idioma, ou se falam duas línguas irmãs – resumindo grosseiramente as diferentes posturas dos lingüistas galegos, sempre preocupados e polemizando por definirem o idioma próprio em relação com o do vizinho do sul, como analisaremos. Este facto supom uma série de vantagens nom desprezáveis, já que facilita o contacto mútuo, portanto as relações económicas, o desenvolvimento de um intenso fluxo turístico e a possibilidade de lermos sem maiores dificuldades os livros ou jornais do vizinho. Nas grandes cidades galegas (A Corunha, Santiago e Vigo) existem livrarias especializadas em galego-português, especialmente importantes na universitária e capitalina (de autonomia) Compostela. A Televisom da Galiza (dependente do governo autónomo), possui correspondentes em Madrid, Barcelona, Bruxelas e, evidentemente, Lisboa e Porto. A audiência deste meio nom é pequena nas áreas raianas do Alto Minho e Alto Douro português; detecta-se uma vontade de difundir as emissoms por Caminha, Valença, Monção, Chaves ou Montalegre, e uma boa receptividade das autoridades e populações locais. O 25 de abril sempre é celebrado na Galiza, em especial nos âmbitos culturais e universitários (conferências, recitais, música portuguesa em bares nocturnos e pubs, etc.). Galiza, desde os autonomistas do primeiro terço do século XX até o governo autónomo actual (de adscrição conservadora), passando por toda a esquerda e o nacionalismo autóctones, reivindicárom uma relação prioritária com o vizinho do sul⁴. Nas datas imediatamente posteriores ao 25 de Abril, o lema « Galiza com Portugal » chegou a se fazer popular nos movimentos de oposição ao franquismo. E, porém, os sucessivos governos (e elites) portugueses mantivérom a consigna de nom imiscuir-se nos assuntos da Espanha interpretada como um ente unitário (formulação algo ofensiva para o povo galego, com forte sentimento diferencial e autonomista). Houvo desentendimento na questão da língua (deixando isolados os defensores da reintegração do galego com o português), no desenvolvimento de relações culturais e humanas intensas, na interpretação da Galiza como um território diferente (ao menos desde Portugal) com respeito ao resto da Espanha. Nos últimos tempos, semelha que a Galiza começa a se beneficiar de certo tratamento individualizado nos meios de comunicação e políticos lusos, mas esta mudança ainda é muito recente, nom se consolidou como norma.

A organização do território ibérico : rupturas e semelhanças numa visão tripartida (Espanha, Portugal, Galiza)

Durante três anos integrados num grupo de pesquisadores da França, Portugal e Espanha, tivemos a oportunidade de trabalhar sobre a articulação dos territórios no sudoeste europeu, mais em concreto, sobre os

4. Neste sentido, o pensador clave do autonomismo galego da primeira metade do século, A.R. Castelao, na sua obra política culminante, *Sempre em Galiza*, uma espécie de bíblia do galeguismo democrático até a actualidade, rematava do seguinte jeito: « Non temos ningunha fé nos hespañoes; pero témolas en nós mesmos e nas ideas que profesamos. Estas ideas poden concretarse nos catro principios siguientes: a) Autonomía integral da Galiza para federarse cos demais povos de Hespaña; b) República Federal Hespañola para confederarse com Portugal; c) Confederación Ibérica para ingresar na Unión Europea; d) Estados Unidos de Europa para constituir a Unión Mundial ». A.R. CASTELAO, *Sempre en Galiza*, Belgrano, Centro Orensano de Buenos Aires, 1961: 477.

efeitos da desapareição das fronteiras entre Espanha e França, e de jeito muito especial entre Espanha e Portugal⁵. Uma parte substancial das práticas de pesquisa desenvolvidas basearam-se em percorrermos os espaços raianos hispano-lusos. Aí aprendemos a polissemia, a diversidade dos conceitos fronteira, ou como nós gostamos mais de dizer, raia⁶. Existe uma raia rica e outra pobre. A primeira é húmida no Minho, entre Galiza e o distrito português de Viana do Castelo, e no Guadiana, entre Huelva (Andaluzia ocidental) e o Algarve. Som espaços com elevadas densidades demográficas, um processo de urbanização notável, áreas onde as complementariedades económicas e as possibilidades de intercâmbio se tornáram em protagonistas logo da integração da Ibéria na Europa unida em 1986. Espaços de riqueza e de cooperação, um pouco mais profunda entre a Galiza e o Norte de Portugal graças às similitudes lingüísticas e culturais.

Mais a maior parte da antiga fronteira (a raia seca) é pobre, periférica e manifesta um declive ainda nom corrigido. Isto é evidente nas terras do oeste da Castela (as altas planuras de Samora e Salamanca), da Estremadura espanhola, das Beiras e nos bordos do Alentejo. Lugares que deveriam ser de trânsito, que ocupam uma posição estratégica numa Ibéria integrada, acabáram sendo os confins das ditaduras espanhola e portuguesa. Espaços rurais de emigração massiva dos 1960 e 1970, com injustiças seculares no reparto da terra, as perfeitas áreas perdedoras nos processos de concentração urbana e industrial que abrolhavam nos dous estados-nação da Península Ibérica. E esta fronteira, onde se receava do vizinho, militarizada e do contrabando foi um dos factores fundamentais da prostração de todos estes espaços, actualmente situados entre os mais pobres, avelhentados e despovoados da Península Ibérica⁷. Sem dúvida, as políticas de desenvolvimento regional e cooperação transfronteiriça da UE tenhem incidido muito positivamente nestas áreas da raia seca, na melhora de infra-estruturas, promoçom do turismo e ajuda ao empreendimento económico, mas quiçá seja demasiado tarde para umas localidades que, salvo excepçoms (Badajoz-Elvas, Covilhã-Castelo Branco-Guarda), fôrom condenadas polo desencontro na Ibéria.

Qualquer análise desde o presente indica-nos que nom hai uma única raia, mas ao menos duas. E isto também se concreta numa evoluçom histórica contraditória ; as luitas contra a hegemonia castelhana e a afirmaçom de Portugal como realidade de seu no Tratado de Alcañices ; a vitória de castelhanos e portugueses contra os muçulmanos de Al-Ándalus (nom de Aragon, Catalunha e Valência mais preocupados pola expansom mediterrânea, nem da Galiza, Astúrias ou Leom, muito prejudicados pola deslocaçom para o sul do centro de gravidade, de poder, na Ibéria cristã) ; a ratificaçom da sua hegemonia mundial (castelhana e portuguesa, nom o esqueçamos) com o Tratado de Tordesillas, onde no 1494 e com a bençom do

5. Como resultado desta experiência editáram-se até quatro libros, que passamos a resenhar. L. LÓPEZ TRIGAL, R. LOIS GONZÁLEZ & F. GUICHARD (eds), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1997, 225 p.; L. LÓPEZ TRIGAL & F. GUICHARD (eds), *La frontera hispano-portuguesa: Nuevo espacio de atracción y cooperación*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 2000, 315 p.; F. GUICHARD, L. LÓPEZ TRIGAL & L. MARROU (eds), *Itinerarios transfronterizos en la Península Ibérica*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 2000., 300 p.; F. GUICHARD (ed.), *Articulation des territoires dans la Péninsule Ibérique*, Bordeaux, PUB, 2001, 506 p.
6. Como se acordou para o primeiro livro da série sobre os limites Espanha-Portugal, L. LÓPEZ TRIGAL, R. LOIS GONZÁLEZ & F. GUICHARD (eds), *La articulación territorial de la raya...* *op. cit.*
7. R.C. LOIS GONZÁLEZ & J.I. PLAZA GUTIÉRREZ, « Development Policies... », *op. cit.* : 317.

Papa, se repartírom o mundo; narraçõs escolares contrastadas para explicar o conflito iniciado no 1640: ánsias de independência da elite portuguesa animados polo desgoverno e a decadência do reinado de Felipe IV, na leitura compreensiva de Espanha (compreensiva e sem narrar os episódios de violência que se sucedêrom); Guerra de Restauração festejada (em muitos casos com uma visita ao Corte Inglés de Vigo ou de Badajoz) do lado português; a conquista de Olivença nos inícios do século XIX como afronta a Portugal – episódio desconhecido para a maioria dos espanhóis e boa oportunidade para os habitantes desta vila para aproveitar a sua dupla identidade portuguesa e espanhola (também estremenho-alentejana) com uns resultados interessantes; Barrancos como uma pequena excepçom espanholizadora no sul.

Ao mesmo tempo que a fronteira, a disputa pola mesma e a questom das identidades emerge, noutros âmbitos nem existiu raia. O *couto misto* de várias aldeias (de Randim na Galiza a Tourém em Portugal), que nom eram nem galegas (espanholas) nem portuguesas, assi continuárom até os tratados de 1864 e 1926⁸. Só se traçou a fronteira com a conformaçom de estados modernos desejosos de cobrar tributos, recrutar soldados, e capazes de negociar e cartografar uma delimitaçom até entom inexistente. Uma fronteira que partia aldeias pola metade (como o Rio de Onor), mas só no plano físico, pois os matrimónios mistos, a deslocaçom para o outro lado para trabalhar, fazer fortuna ou escapar de alguma guerra continuárom sendo algo habitual até bem entrado o século XX.

Um aspecto no que permanece a fronteira, o contraste entre Espanha e Portugal na actualidade, é na organizaçom político-administrativa do território. Se Espanha (junto com a Bélgica) se apresenta como o estado mais descentralizado da UE desde a aprovaçom da Constituiçom democrática de 1978, Portugal fica como um dos mais centralistas (com a República de Irlanda ou Grécia). Dous universos distintos: o espanhol, com a autonomia das distintas administraçõs e uma dialéctica permanente entre as mesmas; Portugal, a sociedade portuguesa, receosa frente às propostas de uma regionalizaçom mínima que levantárom todos os fantasmas do ser nacional quando a campanha do referendo. Neste âmbito é impossível o entendimento, compreender o outro razoavelmente. E isto apesar das dificuldades práticas que esta situaçom implica. Por exemplo, desde hai uns anos vem funcionando satisfatoriamente uma Comunidade de Trabalho Galiza-Região Norte, com projectos comuns e bons resultados. Os inconvenientes surgem quando cumpre assinar um acordo oficial. Da parte galega, o governo autónomo é competente para quase todo, da portuguesa a Região Norte nom possui capacidade decisória; que é pertinente? um acordo Santiago-Lisboa, Santiago-Porto, Madrid-Lisboa ou Santiago-Madrid-Lisboa? Na prática as soluçõs às quais se chegárom fõrom muito variadas para arranjar as questõs que se iam formulando. Tampouco os concelhos portugueses som equivalentes aos municípios espanhóis. Mesmo hai alguma província espanhola, como Burgos, com tantos concelhos como todo Portugal. Neste país detecta-se um relativo poder das autarquias frente à indigência económica e a debilidade política da maioria dos municípios rurais na Espanha; nos dous casos copiou-se o modelo francês de organizaçom territorial local moderna, mas com uns resultados bem

8. C.A. MEDEIROS, *Introdução à...*, op. cit. : 25; X. FARINHA JAMARDO, *Os concellos galegos. Parte xeral*, A Corunha, Fundação Barrié, 1990 : 335.

diferentes. Por último, o reconhecimento oficial das freguesias em Portugal tentou ser aplicado na Galiza, onde a sua importância no espaço rural foi indiscutível. Apesar de que o Estatuto de Autonomia da Galiza afirma a personalidade jurídica e administrativa das *paróquias*, vinte-e-um anos depois da sua aprovação nenhuma lei desenvolveu este mandato (do qual se deduz uma reticência a modificar os mapas políticos elaborados há tempo, ainda que só seja porque alteram os modelos de funcionamento eleitoral dos principais partidos).

Ao lado das rupturas que continua impondo o desenvolvimento histórico de dois estados-nação na Ibéria, também cumpre falarmos de continuidades. No habitat e no povoamento, os contrastes maiores surgem entre o norte e o sul peninsulares, entando que os espaços vizinhos reflectem semelhanças notórias no jeito em que se materializa o assentamento no território. Isto constata-se na Galiza e entre o Minho e o Douro português, onde a proliferação de entidades singulares de povoação (sobretudo aldeias), a tradicional importância das freguesias e dos pequenos núcleos urbanos, lugar de celebração de mercados periódicos, constituem elementos imprescindíveis para compreendermos a organização do espaço. Do mesmo jeito que na Galiza, em Astúrias e Cantábria a dispersão do habitat é a norma⁹, podendo falar-se de uma diferença nítida com as terras da Castela meridional, o Alentejo, a Estremadura espanhola, o Algarve e Andaluzia, regiões onde os grandes *povos*, distanciados entre si, aparecem como a forma habitual de assentamento. Onde é que está a raia, a fronteira nestes casos? Mais bem a Ibéria pode explicar-se como uma unidade diversa naqueles aspectos mais relacionados com a rendibilização secular do território. Em paralelo, o processo de litoralização aparece tanto no Mediterrâneo como no Atlântico, ao redor de Barcelona, Bilbao, Vigo, Lisboa, Aveiro ou Porto. A crise na maioria dos espaços interiores de Espanha e Portugal, independentemente do traçado da raia, também é conhecida por todos.

O domínio lingüístico galego-português na Ibéria

Apesar de os galegos e portugueses compartilharmos uma rica e valiosa literatura medieval, muitos são ainda os portugueses e brasileiros que se surpreendem ao chegarem à Galiza e descobrirem que é numerosa a gente que não fala habitualmente a língua que esperavam: o espanhol. Ainda mais, o galego, o que fala a maioria da população neste território autónomo, encontra-se em numerosos rótulos e cartazes, na televisão e mesmo nalguns jornais. A enorme semelhança entre o galego e o português é o que mais assombra aos visitantes lusófonos, mas também é o aspecto gráfico desse falar o que mais lhes estranha. E assim, ante essa misteriosa entidade lingüística, a reacção da maioria dos lusófonos não acostuma ser a de continuar falando em português, senão a de tentar falar em espanhol. Deste jeito, e apesar da opinião generalizada entre os especialistas de que galego e português pertencem a um mesmo sistema lingüístico e, portanto, a um mesmo âmbito de intercompreensão, os galegos e o resto dos lusófonos

9. Sobre as semelhanças de todos estes territórios com respeito à organização do espaço, resulta de grande interesse consultar uma obra já clássica, J. GARCÍA FERNÁNDEZ, *Organización del espacio y economía rural en la España atlántica*, Madrid, Siglo XXI, 1975: 270.

acabam falando muitas vezes numa língua que a maioria nem domina bem. A língua é, pois, uma prova evidente do desconhecimento e desencontro que ainda existe entre galegos e portugueses a começos do século XXI.

Porém, sabemos que nem sempre fôrom assi as cousas. De lermos qualquer livro de história da língua, veremos decontado que se fala constantemente de uma etapa inicial de unidade lingüística galego-portuguesa. Provavelmente muitos portugueses e brasileiros desconhecem que a sua língua materna nom nasceu na Lusitânia romana, mas na Gallaecia, a província vizinha que se estendia ao norte do Douro e cujo centro mais relevante foi Braga. É pois durante a criação e consolidação do antigo reino da Galiza, herdeiro da administração romana e da ocupação sueva, que se gerou o galego-português no latim coloquial da gente. A posterior partição da Galiza altomedieval com a secessão do condado de Portugal nom deu quebrado a unidade lingüística a ambos os lados do Minho, e assi o provam a lírica cortesã e os numerosos documentos escritos da época. Em todo caso, a definitiva inclusom do reino da Galiza na coroa de Castela, apesar de manter uma certa autonomia, carregaria uma série de conseqüências políticas e, portanto, lingüísticas que serãm manifestas a partir já dos séculos XIV e XV, quando se deixam notar as primeiras influências do castelhano na escrita e na fala dos galegos. Finalmente, com a chegada de Isabel (a Católica) ao trono de Castela (e da Galiza) o galego-português desaparecerá praticamente dos documentos escritos e conhecerá uma longa etapa de forte subordinação ao castelhano denominada *séculos escuros* (XVI-XVIII)¹⁰.

Durante todo este tempo, a mesma língua registrava em Portugal um processo de expansom geográfica e de uso ao lado do latim. A língua literária comum da Idade Media virava assi ao sul do Minho numa língua de estado, o qual implicou, como noutros casos, uma série de desenvolvimentos lingüísticos : depuração léxica, fixação ortográfica, etc. Evidentemente, este processo de elaboração lingüística nom ocorreu na Galiza, onde a língua endógena, falada pola imensa maioria da população, ficou relegada aos usos orais. É entom durante a Idade Moderna quando se sente forte o efeito fronteira ao nível lingüístico. Assi, a constituição em Portugal da língua medieval comum em *língua portuguesa* esteve acompanhada de um rejeitamento dos falares setentrionais ou minhotos, que som aliás os mais achegados aos galegos. Para as elites culturais portuguesas destes séculos o galego nom podia estar ao mesmo nível da língua do Império. Esta é, de facto, a conclusom a que chegam a maioria dos lusófonos que visitam a Galiza ainda hoje (a língua própria como um português rústico corrompido pola dominação do castelhano)¹¹.

Se, a partir da Idade Moderna, Portugal esqueceu (quando nom rejeitou) o galego, a língua portuguesa surgiu como um referente importante na recuperação social do galego. Já nos poucos documentos escritos na nossa língua que conservamos na Galiza durante os *séculos escuros* observou-se que os autores tinham o português culto como referente normativo ao lado do castelhano. Também a finais do XVIII e durante todo o século XIX, a época do *rexurdimento* literário, o português continuou sendo referência expressa à hora de escrever o galego. Durante esta época de recuperação culta, som já

10. R. MARINO, *Historia social da lingua galega*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, 1998 : 37-319. H. MONTEAGUDO (ed.), *Historia social da lingua galega*, Vigo, Galaxia, 1999 : 49-244.

11. F. VÁZQUEZ, *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano. O galego como exemplo a contrario*, Santiago de Compostela, Laiovento, 1998 : 57-63.

vários os autores que defendem o uso de uma ortografia para o galego mais achegada ao português. Porém, o peso do castelhano foi tal que a imensa maioria dos escritores acabavam optando por adaptar a sua ortografia para escrever o galego.

O ressurgimento literário foi continuado nos inícios do século XX por vários círculos como a Geraçom Nós, que pretendiam estender o uso escrito do galego para todos os âmbitos da vida social e de uma perspectiva profundamente europeísta. Cria-se também nestes anos a Real Académia Galega (RAG). Ainda que o emprego da ortografia castelhana para grafar o galego se ia consolidando e fixando, o padrom português continuou a ser uma importante referência normativa nestes círculos. Foi precisamente neste período quando se recuperárom, através do português, palavras perdidas na fala quotidiana como *igreja*, *povo*, *Deus* ou *galego* que foram substituídas polas suas respectivas castelhanas. De facto, o nacionalismo galego, nascido neste contexto, assumiu abertamente que o galego e o português eram uma mesma língua¹².

Este trabalho de recuperaçom da cultura e língua galegas viu-se violentamente interrompido pola Guerra Civil e a consolidaçom no poder do general Franco. Durante os dez primeiros anos do regime franquista, nom foi publicado nengum texto em galego. Os tempos da ditadura coincidem com uma aceleraçom do processo de abandono do galego, especialmente nas cidades, e um pulo na penetraçom do castelhano como língua usada por determinados estratos sociais emergentes.

A chegada da democracia, da autonomia para Galiza e da cooficialidade da língua própria faziam entrever (e assi aconteceu), a introduçom do uso do galego no ensino e na administraçom. Porém, a finais dos 1970 ainda nom havia uma norma ortográfica fixada e cada autor, editorial e instituiçom escrevia ao seu jeito, mas sempre partindo de uma adaptaçom da ortografia castelhana. Nos debates que se abrírom nesses anos na procura de uma norma única e estável surgírom duas posiçons opostas. De um lado apareceu uma corrente chamada *reintegracionista* que defendia a pertença da Galiza ao âmbito da lusofonia e, portanto, uma adaptaçom da ortografia de base luso-brasileira para o galego. Doutro, a RAG e o recém criado Instituto da Língua Galega (ILG) mantinham o contrário, quer dizer, a autonomia da *língua galega* com respeito ao português e o castelhano, mas também uma adaptaçom desta última língua para o galego. Ao longo do debate nasceu uma terceira via, o *reintegracionismo de mínimos*, que tentava conciliar isolacionismo e reintegracionismo. Nesta situaçom, a administraçom autónoma da Galiza decidiu, através da Lei de Normalizaçom Lingüística do 1983, nom buscar a concórdia, senom eleger a proposta isolacionista como oficial e obrigatória no ensino e na administraçom. Porém, a decisom do governo galego nom acabou com o conflito normativo, mas agravou-no: na actualidade, ainda que a norma isolacionista oficial é provavelmente a mais estendida, coexistem na Galiza um *continuum* de padrons ortográficos e normativos que vam da adaptaçom das grafias castelhanas ao uso do acordo luso-brasileiro de 1986. Cumpre dizermos que, mais uma vez, Portugal e as suas instituiçons culturais se mantivérom totalmente apartados destes debates até o mesmo dia de hoje.

Na actualidade, o galego fala-se na comunidade autónoma da Galiza, no ocidente de Asturias e de Castela-Leom (oeste das províncias de Leom e

12. V. RODRIGUES, *O galego (im)possível*, Santiago de Compostela, Laidvento, 2001 : 98-100.

Samora). Também hai falas de características galegas no Vale do Jálima, no noroeste da Estremadura espanhola, perto de Portugal. Na Galiza, emprega habitualmente o galego case o 70 % da populaçom, ainda que só o escreve de jeito quotidiano um 22,5 %. A queda do uso do galego continua, especialmente na mocidade : já é falado habitualmente por menos do 50 % da populaçom situada na faixa etária dos 16 aos 25 anos. Nas cidades, a descida no uso da língua é já antiga e muito importante¹³.

Porém o galego é hoje a única língua utilizada pola administraçom autónoma e polas universidades. É uma matéria obrigatória em todo o ensino primário e secundário, e o seu conhecimento é imprescindível para ter acesso a um posto na administraçom pública. A prática totalidade da literatura publicada na Galiza está escrita em galego ; a música rock e o folk em galego conhecem um importante desenvolvimento. Dá-se pois uma evidente recuperaçom do status social do galego, mais contodo o uso da língua continua descendo.

Neste contexto, os últimos inquéritos reavivárom o debate sobre o processo de aprendizado do galego, a sua utilidade social e, portanto, sobre a norma ortográfica. Viu-se que as posiçons reintegracionistas foram ganhando simpatizantes. Mesmo se propujo à RAG, a máxima autoridade regulamentaria sobre a língua na Galiza, uma nova normativa de concórdia que permitisse um achegamento progressivo ao português. O acordo foi rejeitado por bem poucos votos, mas o debate continua aberto, intensificou-se e situou a maioria dos lingüistas e do mundo cultural galego a favor de uma postura intermédia entre o isolacionismo (que começa a nom ser uma soluçom de futuro para o galego fronte à castelhanizaçom) e o reintegracionismo (abandonado ao seu destino pola oficialidade e as elites portuguesas). Neste sentido, é interessante vermos que a nova percepçom de Portugal como vizinho na UE também vai mudando as opçons lingüísticas desejadas polos galegos. Se o objectivo é manter uma língua de seu, o isolamento (um dos quatro idiomas da Espanha) perde força num contexto de globalizaçom e internacionalizaçom (onde o castelhano avança como língua com grande influéncia) ; a sobrevivéncia do galego passa, pois, por chegar-se ao português (algo que parece provocar certa incomodidade no pais vizinho).

Com respeito às relaçons lingüísticas hispano-galego-portuguesas, faremos dous últimos apontamentos. Em primeiro lugar, que no contexto da Gallaecia também surgiu outra língua, o asturiano ou asturiano-leonês, segundo as denominaçons espanholas. Tivo bastante difusom na Alta Idade Meia, ainda que nos últimos séculos recuou muito, quase desapareceu em Leom e mantém-se, muito interferido polo castelhano, em certas áreas extracidades de Astúrias. Esta língua é precisamente a mesma que o mirandês, com status oficial recente em Portugal. Portanto, velaqui outro exemplo de superaçom da fronteira polas dinámicas seculares de iberismo. Em segundo termo, anotarmos que, apesar de o português ser escassamente falado no resto da Espanha (ao contrário do castelhano, conhecido e empregado por um bom número de portugueses), existem alguns enclaves constatados polos especialistas onde falares de tipo português convivem com o castelhano (aparte de Olivença) ; estes enclaves som fundamentalmente várias aldeias das montanhas ocidentais de Salamanca.

13. M. FERNÁNDEZ & M. RODRÍGUEZ (eds.), *Usos lingüísticos en Galicia*, Vigo, Real Academia Galega, 1995 : 200.

As sociedades atlânticas e migrantes da Ibéria

Como já apontamos, ademais da língua Galiza e toda a metade norte de Portugal coincidem, em tanto que vizinhos, numa série de características comuns da organização do espaço e no comportamento dos seus habitantes. Trata-se de territórios onde o predomínio das actividades agrárias, uma agricultura baseada na pequena exploração familiar sobre a qual se tentou impor a etiqueta do atraso, foi uma realidade até os últimos decénios. As terras galegas e minhotas definiam-se como um oceano rural, fragmentado em freguesias (autênticos marcos básicos das relações sociais), onde a procura do autoabastecimento alimentício virava na principal estratégia de rendibilização dos prédios. Por isso com o policultivo, combinando a obtenção de cereais panificáveis (milho e centeio), patacas, verduras, a criação doméstica de algum porco ou ave, conseguia-se passar o ano. Também se obtinham linho e lã, das ovelhas da exploração, para reduzir ao máximo os gastos em vestido. O gado bovino ou muar, a criação de novos exemplares para carne ou para o trabalho, mostravam-se como as principais tarefas orientadas à comercialização no exterior, uma opção sempre complementar. O único produto estritamente agrícola destinado à venda era o vinho, mas só naquelas áreas em que se cultivava (no Ribeiro, no Douro, nas Rias Baixas, no Alto Minho, em Monterrei).

Os campos estavam superpovoados (densidades muitas vezes superiores aos 50 hab./km²) e microparcelados. As explorações agrárias eram muito cativas (menos de 10 ha uma ampla maioria) e fazia-se necessário controlar de algum jeito um crescimento demográfico excessivo. Isto lograva-se de várias formas: retardando a idade do matrimónio; com umas altas taxas de solteiros e de mães solteiras, que só tinham um filho, excepcionalmente dois, e faziam baixar os níveis de fecundidade e, por suposto, com o recurso à emigração¹⁴. As perspectivas abertas desde meados do século XIX com a emigração a América, e a existência de sólidas redes sociais que difundiam a possibilidade de sair e que permitiam acolher o recém chegado além mar numa prolongação da comunidade originária, explicam a massividade do fenómeno de êxodo rural nos territórios situados tanto ao norte como ao sul do Minho. Galegos e portugueses foram para a Argentina, Uruguai, Cuba e Brasil, entre outros destinos. Cumpre precisarmos que a Galiza foi o único território espanhol com uma emigração significativa a São Paulo, Rio de Janeiro ou Salvador de Bahia. Algo lógico já que desde finais do século XVIII se tem constatado a partida de muitos galegos meridionais para as cidades do Porto e de Lisboa, com carácter tanto permanente como temporal. Desde as mesmas, alguns de eles foram para o Brasil, iniciando um fluxo migratório que logo protagonizaria o porto de Vigo e uma série de concelhos do seu traspais (A Caniça, O Covelo, Mondariz, Ponte Caldelas, Fornelos de Montes, etc.) como responsáveis quase exclusivos das saídas¹⁵.

As migrações, logo da parada imposta pela crise económica dos anos 1930 e as guerras posteriores (Civil na Espanha e IIª Guerra Mundial), reiniciaram-se a meados do século XX, com um carácter massivo até mediados da década de 1970. Dirigiram-se além mar, a destinos comuns de

14. J.R. BERTRAND, *A poboación de Galicia. Estudos xeográficos*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1992: 95-167.

15. J. BACELAR, *Galegos no Paraíso Racial*, Salvador de Bahia, CED-Universidade Federal da Bahia e Ianamá, 1994: 192.

galegos e portugueses como o Brasil, Venezuela e os Estados Unidos (ainda que aqui o fluxo galego fosse bastante débil), e a alguns específicos, como Argentina, Uruguai e México para a Galiza, e certas áreas do sul de África para os portugueses (muitos da Madeira). Aos poucos « fazer as américas » deixou passo a uma corrente de trabalhadores novos em direcção aos países mais ricos e industrializados da Europa. A lógica deste movimento foi semelhante em todo o espaço ibérico ; podemos falar de semelhanças gerais hispano-portuguesas que ampliam o anterior marco galego-português. Países como França, Alemanha, Grã Bretanha, os do Benelux ou Suíça precisavam recrutar mão de obra não qualificada no sul do continente, e toda a Ibéria constituiu-se em fornecedora privilegiada da mesma. As ditaduras *irmãs* de Espanha e Portugal firmaram acordos com os seus vizinhos ricos do norte para mandarem milheiros de trabalhadores, que logo enviariam importantes remessas de capital fundamentais para o equilíbrio das suas respectivas balanças de pagamentos. O êxodo rural descarregava de excedente demográfico as áreas rurais, beneficiava notavelmente as economias dos países de origem, mas condenava muitos espaços ao papel de perdedores no processo de concentração urbana e industrial ao qual nos referimos páginas atrás.

Se descontamos os milheiros de galegos, portugueses, andaluzes ou castelhanos que ficaram definitivamente na Europa além dos Pireneus, que criaram filhos perfeitamente franceses, belgas ou luxemburgueses, entre outras possibilidades, as manifestações do retorno voltam unir comportamentos de galegos e lusos por várias razões. Em geral não se volta para a aldeia de origem, mas sobretudo para uma cidade (A Corunha, Vigo, Porto, Ourense, Vila Real, etc.) ou para uma vila que actua como centro económico a escala local. O retorno actua como factor que reforça as tendências de concentração urbana, de litoralização, tão intensas na fachada atlântica da Península Ibérica. Douro lado, muito dinheiro obtido no exterior usou-se em montar negócios e, especialmente, em fazer e/ou comprar vivendas. No fundo actua a mentalidade labrega originária de galegos e portugueses de adquirir bens imóveis (antes terras, agora apartamentos e casas) como forma de investimento. Em terceiro lugar, muitas vezes a data do retorno é condicionada pela idade dos filhos, já que ainda está muito estendida a resistência a que os adolescentes acabem integrando-se totalmente na sociedade de acolhida. Nas universidades de Santiago, da Corunha, de Vigo, do Porto, do Minho ou de Trás-os-Montes e Alto Douro, nestes últimos tempos foram numerosos os alunos nados noutras nações da Europa e retornados com os seus pais aos 8, 12, 15 ou 16 anos de idade.

Outra expressão de semelhanças galego-portuguesas também se refere à sua projecção exterior, neste caso à vocação atlântica dos dois territórios. A mesma manifesta-se, sem dúvida, no processo de crescimento concentrado na costa que se percebe na actualidade. Mesmo se pode falar da existência de um eixo ou corredor urbano contínuo desde Ferrol-A Corunha até Lisboa, passando por Santiago, Pontevedra, Vigo, Viana do Castelo, Porto e Aveiro. Aliás, este eixo não é fruto da conjuntura senão que afunde as suas origens na época medieval. Desde o século XI fala-se dum renascer urbano no oeste da Ibéria que, fundamentalmente, se expressou na criação dum bom número de pequenas cidades portuárias distantes entre si várias dezenas de quilómetros e que cobriam praticamente todo o litoral.



Fig. 2. – A metade oeste da Ibéria

Pouco importa se eram galegas, galego-portuguesas ou portuguesas, os factores da sua proliferação foram os mesmos. Sobre a projecção ultramarina de Portugal desde o século XV pouco mais cumpre dizer; só que houve galegos recrutados nas viagens e descobertas que partiam de Lisboa¹⁶. Nessa altura, no Reino de Castela eram os bascos e os andaluzes ocidentais (do Golfo de Cádiz, Moguer, Ayamonte) os mais afamados marinheiros, protagonistas das viagens que passariam à história (como a volta ao mundo iniciada por um português, F. de Magalhães, e rematada por um basco, J.S. Elcano). Portugueses, andaluzes e bascos começaram a pescar em mares afastados, tanto nas águas do banco saariano como nos Açores e muito cedo em Terra-Nova e a península do Labrador. Porém, o século XX colocou a Galiza como a autêntica potência pesqueira ao nível mundial.

Os barcos galegos pescam na plataforma litoral própria, em águas europeias (portuguesas também), do sul de América, o Índico e o sul de África. Cumpre assinalarmos que a presença de companhias galegas na Angola, em Moçambique ou no mar territorial de Guiné Bissau viu-se favorecida pela similitude lingüística e cultural do mundo luso-galego. Isto é um aspecto sempre sublinhado pelos directivos das grandes empresas ou cooperativas de armadores de Vigo e das restantes Rias Baixas. Mesmo a companhia emblemática do sector, Pescanova, fundada em Vigo a meados do século XX, para resistirem um intento de compra por parte da Nestlé decidiu ampliar capital e hoje é uma sociedade tripartida galega (a maioria dos sócios), sul-africana e portuguesa. Como noutros sectores, o Atlântico une os interesses da fachada ocidental da Ibéria.

Os últimos tempos : reencontro galego-português no marco do reencontro geral dos povos ibéricos

Para rematar, e como é norma nos últimos tempos em qualquer análise Galiza-Portugal, Portugal-Espanha ou Galiza-Espanha-Portugal, cumpre referir-se ao progresso das relações dentro da Ibéria. Um progresso sempre determinado pela integração na UE. Parece como se a construção europeia fosse o início da redescoberta entre os povos da Península, separados nos tempos de vigência dos estados-nação e, muito particularmente, quando esses estados foram regidos por governos autoritários. Em direcção oposta, desde 1986 constata-se a desapareção efectiva da fronteira, materializada no livre trânsito de pessoas e mercadorias (muito longe daqueles inícios dos anos 1970 quando tínhamos que no registro policial do carro à chegada de Tui se detectassem os quilos de café que se levavam de mais, e pelos quais se deveria pagar uma sanção). Não só desapareceu a fronteira, senão que programas europeus como Interreg ou Leader conseguiram fazer trabalhar de forma conjunta localidades e comarcas raianas. Também se custearam numerosas infraestruturas, e as novas pontes e estradas achegam comunidades vizinhas. Neste contexto, a raia húmida (e rica) do Minho e do Guadiana beneficiou-se muito. Na actualidade, Vigo entende-se economicamente integrando o seu importante hinterland do norte de Portugal.

16. E. REY TRISTÁN, « Participación gallega en los inicios de la expansión portuguesa en el Índico : João da Nova », in P. CAGIAO (ed.), « Galicia nos contextos histórico », *Revista Sémata* (Santiago), 11, Universidade de Santiago, 2000 : 85-115.

O dinamismo agrícola e turístico do litoral de Huelva tem a sua continuidade na costa do Algarve. No interior, nas áreas pobres de Castela-Leom, Extremadura, Beira e Alentejo, os programas ajudáram directamente a colectividades ainda marginalizadas. Torna-se complicado romper com as inércias de territórios periféricos, ainda que a desapareçom da raia e as ajudas a estes confins da Espanha e de Portugal viráram nos principais factores do limitado dinamismo destes espaços no último decénio.

Uma forma complementar de reencontro ibérico foi o espectacular crescimento dos fluxos turísticos bilaterais ou trilaterais (se continuamos jogando a individualizar a Galiza). As férias, os fins de semana, para conhecer o outro tam próximo. Uma experiência turística que acaba quase sempre com um resultado satisfatório, como o demonstra o facto de que muitos dos nossos amigos portugueses louvem algum aspecto de Galiza ou doutras terras espanholas (o comércio, a comida, os jornais, etc.) e que nós estejamos motivados a passar a raia para fazer case o mesmo (comprar roupa, comer bacalhau ou arroz, adquirir livros).

Apesar de todo isto, alguns traços do presente ainda nos convencem de que continua havendo separaçom. Entre eles, sem dúvida, a impermeabilidade lingüística dos espanhóis exclusivamente castelhana-falantes. Resulta bem difícil topar gente fora da Galiza que pretenda expressar-se em português, algo que contrasta com a vontade (mesmo com a tendência social) dos portugueses de falarem o espanhol. A escassa consideraçom polo português foi-se moderando um pouco em épocas recentes (como o demostram os 6 000 estremenhos que seguem na actualidade cursos de português por iniciativa do seu governo regional), mas fica basicamente como uma fronteira, uma séria limitaçom ao entendimento hispano (agora nom galego)-luso. Como resultado desta atitude idiomática, a penetraçom da cultura portuguesa na Espanha é um fenómeno limitado. Resulta evidente que J. Saramago constitui um referente ibérico, como alguns grupos musicais e actores de cinema português ; porém, as contribuiçoms de Lobo Antúnes nos jornais de Madrid ou as exposiçoms de artistas plásticos lusos nas grandes cidades espanholas apenas deixam entrever a estrutura, a riqueza, da cultura portuguesa actual, sempre menos difundida do que a francesa ou a italiana. Isto sem contarmos a Galiza, onde as elites culturais e universitárias mantêm um seguimento interessado das novidades do mundo luso. Poderia ser mais profunda esta atençom, mas em qualquer caso a vizinhança de todo o português é incontestável. Outra prova de desconhecimento, e já o apontamos antes, gera-se no lado português, com a obsessiva leitura da realidade espanhola como um ente nacional unitário, quando nom é assi. Quiçá seja uma forma de preservar o mito (negativo) dos reis filipes castelhanos, mas no presente actua como um factor de desencontro. Com certeza, o início de deslocalizaçoms transfronteirizas (hoje só evidentes no sul da Galiza e o Alto Minho, onde portugueses residem em território galego e galegos, toda a semana ou de sexta-feira a domingo, em Portugal) e a extensom do fenómeno, ajudarám a desfazer algumas inércias de desconhecimento mútuo.

Sem dúvida, o status da Galiza neste labirinto ibérico é particular. Assi, do lado do governo galego, também do português, existe uma firme vontade de integraçom económica e funcional, que se expressa no conceito euroregiom Galiza-Norte de Portugal no contexto da UE. O presidente autonómico da Galiza, de tendência conservadora, nom deixa de viajar a

terras do vizinho do sul e, deste jeito, a questom portuguesa converte-se numa das poucas que na Galiza política gera consenso. De todos é sabida a posiçom pro-lusa do nacionalismo (de esquerdas) galego, segunda força eleitoral, emtanto que os socialistas também reivindicam as suas tradicionais boas relaços com os companheiros do poderoso PS do Alto Minho, Alto Douro e área metropolitana do Porto. Aliás, as dinâmicas territoriais recentes reforçam esta colaboraçom. A nom existência de fronteira fai que o eixo urbano atlântico seja galego e português, cada vez mais integrado. Só se trata de procurar a complementaridade dos portos, das empresas e os sectores económicos dos dous territórios, reforçar a irmandade cultural, a descoberta mútua. O objectivo, aparte dos benefícios imateriais que traria consigo, é construir uma fachada atlântica muito desenvolvida na Ibéria; isto significaria provocar a principal mudançom na geografia, na ordenaçom do espaço, da Península dos últimos tempos.

Num último aspecto, onde é mais difícil precisarmos o estado actual das relaços, é na leitura que do vizinho fam galegos e portugueses respectivamente. Ao longo do trabalho já apontamos muitas ideias sobre esta questom, agora só concluirmos com duas os três impressos finais. Na Galiza acabou a época em que os portugueses eram tratados com menosprezo. Podem ficar alguns restos deste comportamento tam característico dos 1960 e 1970, mas em franco processo de desapareçom. Porém, reconhece-se o dinamismo económico, a culminaçom da modernizaçom social e do aparato produtivo do território do sul. Esta boa imagem recente associa-se à percepçom de Portugal como um excelente mercado para todo, a oferta turística, comercial, a venda de automóveis, de alimentos elaborados, etc. Contudo, sempre fica uma interpretaçom diferenciada entre o norte e o sul luso (a simpatia com o Porto fronte a distância de Lisboa) e uma consideraçom de todo o português como o outro próximo; mesmo para muitos uma possibilidade de futuro se cumpre mudar as regras do jogo. Nom hai inconveniente em que os afeiçoados do Celta de Vigo portem bandeiras portuguesas frente às turcas dos seguidores do Desportivo da Corunha, ou que lemas musicais como « Menos mal que nos queda Portugal », reflectam certo sentir da Galiza com a sua ancestral (e muitos séculos perdida) prolongaçom para o sul.

Janeiro de 2002

Rubém C. LOIS-GONZÁLEZ
Universidade de Santiago
Departamento de Geografia

com **Xosé M. SANTOS SOLHA** & **Carlos VALCÁRCEL RIVEIRO**
Universidade de Santiago
